

As saídas para a crise

ARMANDO MONTEIRO NETO

Industrial, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Os efeitos no Brasil da crise internacional foram retardados, graças à manutenção de um significativo ritmo de expansão da demanda interna, o que resultará num crescimento do Produto Interno Bruto em torno de 5,7% em 2008. É um desempenho invejável diante dos índices tímidos ou negativos nos países desenvolvidos.

Mas a crise está chegando, como atesta o desempenho do setor industrial em outubro, normalmente um mês exuberante. Comparativamente a setembro, em outubro a indústria registrou dados negativos no faturamento, horas trabalhadas, uso da capacidade instalada.

Os tempos de liquidez abundante e custo de capital baixo acabaram. Diante desse quadro, o Brasil tem dois grandes desafios. Primeiro, é urgente restabelecer as condições de crédito, minimizar a volatilidade dos mercados financeiros e evitar maior retração no nível de atividade. Em resumo: é fundamental atenuar os efeitos sobre o investimento e o consumo das famílias.

Outro enorme desafio para a economia do país será desenvolver um novo padrão de financiamento do crescimento em um quadro econômico mundial de menor liquidez e maior aversão ao risco. A sustentação de boas taxas de crescimento irá exigir o aumento na taxa de investimento e, consequentemente, a ampliação da poupança doméstica.

O papel do Estado será crítico nessa nova fase. É essencial presença estatal mais ativa no provimento da infra-estrutura, com a priorização dos investimentos públicos e a criação de mecanismos regulatórios capazes de atrair o investimento privado.

Crises geram também oportunidades. O Brasil ingressa na incerteza internacional após um ano excepcional, marcado pelo crescimento da taxa de investimento acima de 14% ao ano. O país não tem os problemas que resultaram no quadro econômico grave dos Estados Unidos. Ao contrário, dispõe de um leque de alternativas capazes de permitir reação que consolide as bases para seu desenvolvimento sustentável.

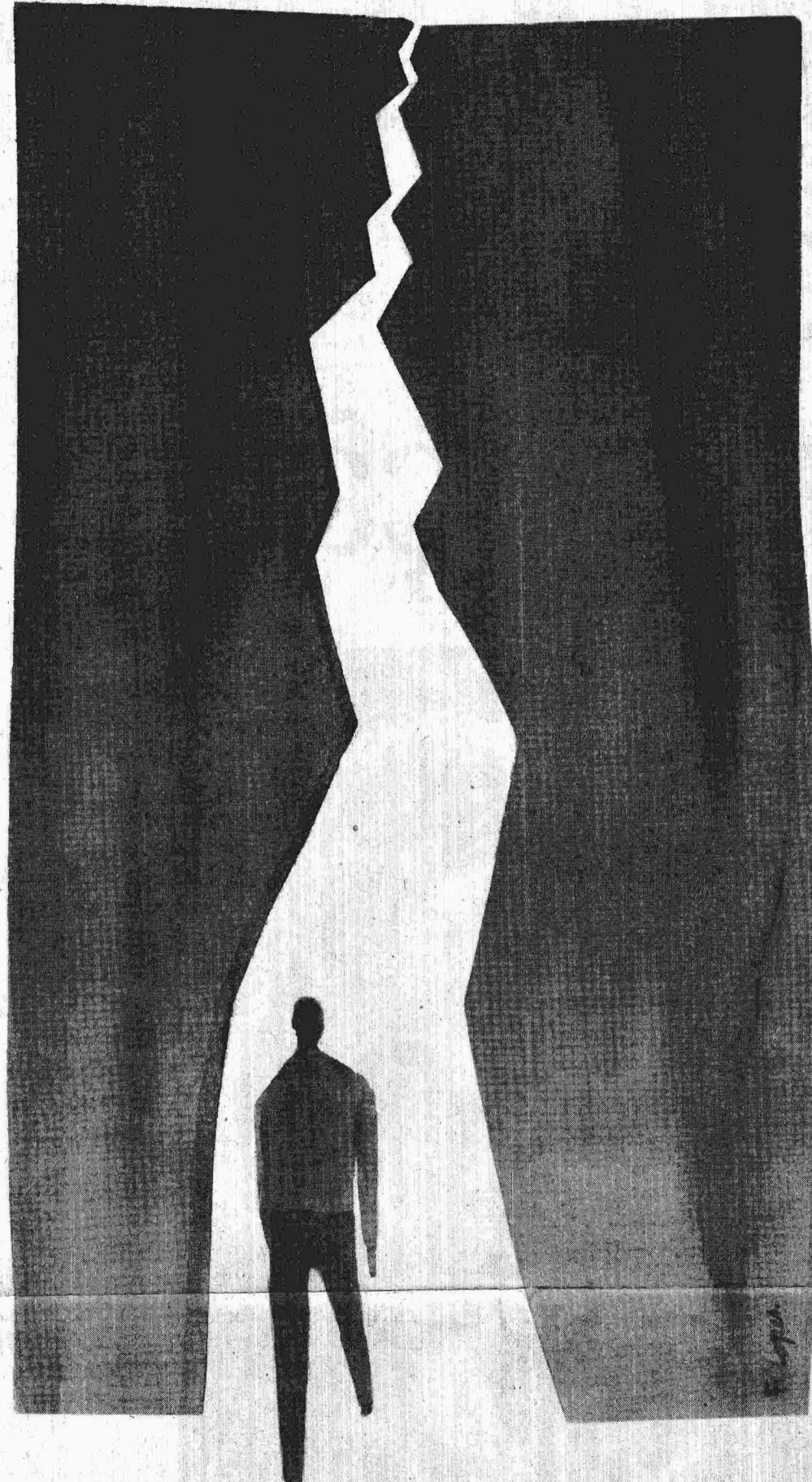
Em outras crises, o Brasil teve a capacidade de minorar os impactos e de transformar sua estrutura de produção. O mesmo pode ocorrer agora. Não faltam oportunidades para investir. Infra-estrutura, construção civil, petróleo e gás e bioenergia são exemplos de áreas que podem impulsionar nossa economia.

Não cabe apenas ao Executivo agir, como vem ocorrendo, com medidas tópicas, que precisam ser ampliadas, como a isenção do IOF, que tem de ser estendida a todos os tipos de empréstimos. O Congresso tem igualmente papel importante a desempenhar.

As forças políticas do Congresso devem se comprometer a buscar o consenso necessário, até março próximo, para aprovação de uma reforma tributária pró-crescimento, com foco na desoneração das exportações e dos investimentos e simplificação tributária. São objetivos que estão desenhados no projeto substitutivo aprovado na Comissão Especial da reforma tributária, que pode e deve ser melhorado.

Além da reforma tributária, há um conjunto de projetos em tramitação no Congresso com potencial de influenciar positivamente o quadro econômico e a capacidade da economia crescer. O cadastro positivo e a regulamentação da terceirização são dois deles.

O Congresso deu exemplos claros de que pode contribuir para melhorar o ambiente econômico, atenuando a crise, ao aprovar, semana passada, a



chamada Lei do Gás e mudanças na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. É possível, sim, desenvolver uma agenda legislativa de resultados. Esse sentido de urgência é a melhor forma de o Congresso somar forças neste momento da economia brasileira.

Se há muito a fazer, há muito também a evitá-lo. É necessário afastar o risco fiscal. É preciso se concentrar no equilíbrio de longo prazo das contas públicas, que deve ser preservado pelo controle dos gastos correntes. Entre outras vantagens, tal contenção possibilita a redução da carga tributária.

A política econômica não pode mais se apoiar unicamente no binômio câmbio valorizado e

juro alto. É fundamental montar um cinturão de proteção em torno dos gastos em infra-estrutura, essenciais para a elevação da competitividade e do potencial de crescimento da economia. É crucial, insistimos, o controle dos gastos correntes.

Em momentos como os que se avizinharam, há que se evitar o agravamento do ambiente em que as empresas operam. Medidas de demagógico apelo popular que geram incertezas regulatórias e elevam os custos de contratação e operação das empresas terminam por agravar a crise. Não se pode minimizar a crise, mas existem condições para termos no Brasil um 2009 menos turbulento do que o descrito em algumas previsões catastróficas.